#### RESOLUÇÃO EDITALÍCIA Nº 001 de 12 DE ABRIL DE 2019

***Dispõe sobre o Edital do Processo de Escolha Unificado dos membros do Conselho Tutelar do Município de Guarará/MG, referente ao mandato 2020/2023***.

**O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) DO MUNICÍPIO DE GUARARÁ/MG**, no uso de suas atribuições legais, considerando as disposições da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Municipal nº 970/2014 e a Resolução CONANDA nº 170/2014, torna público o **Processo de Escolha Unificado para membros do Conselho Tutelar do Município de Guarará/MG, para o exercício do mandato 2020/2023**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

* + 1. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Guarará/MG, para o mandato 2020/2023, é regido por este edital, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guarará/MG, em conformidade com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Municipal nº 970/2014 e da Resolução CONANDA nº 170/2014.
    2. A Comissão Organizadora designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, composta paritariamente dentre os membros da sociedade civil e dos representantes governamentais do aludido Conselho é a responsável por toda a condução do processo de escolha.
       1. São impedidos de participar da mesma Comissão Organizadora os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, estendendo-se esse impedimento ao membro da Comissão Organizadora em relação aos candidatos ao cargo de conselheiro tutelar**.**
    3. Todo o processo de escolha dos conselheiros tutelares será realizado sob a fiscalização do Ministério Público, o qual terá ciência de todos os atos praticados pela Comissão Organizadora para garantir a fiel execução da Lei e deste edital.
    4. O processo destina-se à escolha de 05 (cinco) membros titulares e, no mínimo, 05 (cinco) membros suplentes, para composição do Conselho Tutelar, para o mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

#### Das atribuições do Conselho Tutelar:

* + - 1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da Criança e do Adolescente, cumprindo as atribuições previstas, especialmente, no Estatuto da Criança e do Adolescente, artigos 95 e 136, dentre outras normas de tutela da infância e juventude.

#### Da Remuneração e dos Direitos Sociais:

* + - 1. O conselheiro tutelar faz jus ao recebimento pecuniário mensal no valor um salário mínimo, hoje o equivalente a quantia de R$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), sendo-lhe assegurados todos os direitos sociais previstos na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 970/2014.
      2. Se o servidor municipal for eleito para o Conselho Tutelar, poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de conselheiro ou o valor de seus vencimentos incorporados, ficando-lhe garantidos:

1. - O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;
2. - A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

#### Da Função e Carga Horária:

* + 1. A jornada de trabalho do conselheiro tutelar é de 40 (quarenta) horas semanais, mais regime de sobreaviso ou plantão, conforme definido na Lei Municipal nº 970/2014.
    2. A função de conselheiro tutelar é de dedicação exclusiva, sendo incompatível com o exercício de outra função pública ou privada.
    3. O exercício da função de conselheiro tutelar não configura vínculo empregatício ou estatutário com o município.

#### DOS REQUISITOS PARA A CANDIDATURA

* + 1. O cidadão que desejar candidatar-se à função de conselheiro tutelar deverá atender as seguintes condições:

1. - ser pessoa de reconhecida idoneidade moral, apresentando, para tanto, atestado de bons antecedentes fornecido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais;
2. - ter idade superior a 21 (vinte e um) anos, apresentando cópia e original da Certidão de Nascimento e/ou casamento, da Carteira de Identidade, do CPF, do Título de Eleitor, da Carteira de Trabalho e Previdência Social e Certificado de Reservista ou de Dispensa do Serviço Militar para candidatos do sexo masculino;
3. - residir no Município de Guarará há mais de 2 (dois) anos, apresentando cópia e original de comprovante de residência com data retroativa ou declaração de próprio punho com duas testemunhas;
4. – possuir, no mínimo, ensino médio completo, apresentando original e cópia do Diploma, Histórico Escolar ou declaração de conclusão de curso emitido por entidade oficial de ensino;
5. - estar no gozo de seus direitos políticos, apresentando certidão de quitação eleitoral;
6. – submeter-se a uma avaliação psicológica realizada por profissional designado pelo poder executivo municipal, visando constatar a aptidão do candidato para o trabalho do Conselho Tutelar;
7. – participar, com frequência de 100%, de curso prévio promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente sobre política de atendimento à criança e ao adolescente;
8. - submeter-se a uma prova de conhecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a ser formulada por uma Comissão designada pelo CMDCA e obter nota igual ou superior a 60% do valor da prova.

#### DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

* + 1. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado em

cinco etapas:

1. Inscrição dos candidatos, a partir da análise dos requisitos do item 2 deste edital;
2. Curso prévio com os candidatos inscritos sobre política de atendimento às crianças e aos adolescentes;
3. Avaliação psicológica;
4. Prova de aferição de conhecimento sobre a Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
5. Eleição dos candidatos por meio de voto.

#### DA 1ª ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA – INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS

* + 1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições do processo, tais como se acham definidas neste edital, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
    2. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura na função de conselheiro tutelar.
    3. As inscrições ficarão abertas, impreterivelmente, no período de 13:00 horas do dia 15/04/2019, até às 16:00 horas do dia 29/04/2019.
    4. As inscrições serão realizadas na sede da Secretaria de Assistência Social do Município de Guarará, localizada na Rua Capitão Gervásio, nº 13, Centro.
    5. No ato de inscrição o candidato, pessoalmente, deverá:

1. preencher o requerimento, em modelo próprio que lhe será fornecido no local, no qual declare atender as condições exigidas para inscrição e se submeter às normas deste edital;
2. apresentar original ou fotocópia autenticada de documento de identidade oficial no qual conste filiação, retrato e assinatura;
3. apresentar os documentos exigidos no item 2.1 deste edital.
   * 1. A ausência de qualquer dos documentos solicitados acarretará o indeferimento da inscrição.
     2. A qualquer tempo poder-se-á anular as inscrições, as provas e/ou nomeação do candidato, caso se verifique qualquer falsidade nas declarações e/ ou qualquer irregularidade nas provas e/ou documentos apresentados.

#### Das Regras sobre Recondução e Impedimento para participar do Processo de Escolha Unificado – 2019

* + - 1. Os conselheiros tutelares são eleitos para o exercício de mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma única recondução, mediante novo processo de escolha, sendo vedado, portanto, o exercício do terceiro mandato consecutivo.
      2. Em casos de conselheiros tutelares que tenham exercido dois mandatos consecutivos, mas de forma incompleta, incide a regra do art. 6º, § 2º, da Res. Conanda nº 170/2014, que veda a participação, no processo de escolha subsequente, do conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio.
      3. Considerando que o mandato legal do conselheiro tutelar é de 4 anos (art. 132 da Lei nº 8.069/90), considera-se, para fins de recondução, que estará impedido de se recandidatar ao cargo aqueles conselheiros que tiverem exercido a função, como titulares, por prazo superior a 06 (seis) anos em dois mandatos consecutivos.

4.9. A relação nominal dos candidatos, cuja inscrição for deferida, será publicada no *site* oficial e afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), com cópia para o Ministério Público.

#### DA 2ª ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA - CURSO PRÉVIO SOBRE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES

* + 1. Todos os candidatos que tiverem suas inscrições devidamente deferidas serão submetidos, em caráter obrigatório, ao curso prévio preparatório organizado pelo CMDCA, o qual versará sobre políticas de atendimento ás crianças e aos adolescentes, bem como sobre as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.
    2. O curso prévio preparatório será realizado na data de 11/06/2019, no horário de 12:00 às 16:00 horas, no Teatro Municipal de Guarará, situado na Rua Capitão Gervásio, nº 145, Centro.
    3. Em hipótese alguma haverá o curso prévio preparatório fora do local e horário determinado, inclusive a segunda chamada.
    4. Será excluído do processo de escolha o candidato que, por qualquer motivo, não comparecer ao curso de capacitação prévia dos conselheiros no horário e local indicado no item 5.2.
    5. A relação dos candidatos presentes ao curso prévio de capacitação será publicada no *site* oficial do município e afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), com cópia para o Ministério Público.

#### DA 3ª ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA - PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTO

* + 1. A prova de conhecimentos versará sobre a Lei Federal nº. 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
       1. A prova de aferição de conhecimento avaliará a capacidade de interpretação do texto legal.
       2. A prova constará de 30 (trinta) questões objetivas de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas para cada questão, sendo cada questão no valor de 01 (um) ponto, no total de 30 (trinta) pontos.
  1. O candidato terá 3 (três) horas para realizar a prova.
  2. A avaliação será realizada no dia 16/06/2019, com início às 08:00 horas, e término às 11:00 horas, na Escola Estadual Professor Irineu Guimarães, situada na Rua Professor Luiz Vianna, nº 55, Centro, na cidade de Guarará.
  3. Caso haja necessidade de alterar dia, horário e local de realização das provas, a Comissão Organizadora publicará as alterações no *site* oficial do Município de Guarará e em todos os locais onde o edital tiver sido afixado, com antecedência mínima de cinco (05) dias.
  4. É de responsabilidade do candidato acompanhar nos locais onde o edital for publicado eventuais alterações no que diz respeito ao dia, horário e local de realização das provas.
  5. Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para o seu início, munidos de lápis, borracha, caneta transparente esferográfica de tinta azul ou preta, protocolo de inscrição e de documento oficial de identidade com foto.
  6. No momento da prova não será permitida consulta a textos legais nem tampouco à doutrina sobre a matéria.
  7. Em hipótese alguma haverá prova fora do local e horário determinados, inclusive a segunda chamada.
  8. Será excluído do processo de escolha o candidato que, por qualquer motivo, faltar às provas ou, durante a sua realização, for flagrado comunicando-se com outro candidato ou com pessoas estranhas, por gestos, oralmente, por escrito, por meio eletrônico ou não.
  9. Será automaticamente excluído do processo de escolha o candidato que não devolver a folha oficial de respostas ou devolvê-la sem assinatura.
  10. O candidato, com deficiência ou não, que necessitar de qualquer tipo de condição especial para a realização das provas deverá solicitá-la, por escrito, no ato da inscrição, indicando os recursos especiais materiais e humanos necessários, o qual será atendido dentro dos critérios de viabilidade e razoabilidade.
  11. A candidata inscrita em fase de amamentação que sentir necessidade de amamentar durante o período de realização da prova, deverá levar um acompanhante, que ficará com a criança em sala reservada, determinada pela Comissão Organizadora. Durante o processo de amamentação a candidata será acompanhada apenas por uma fiscal, devendo o acompanhante retirar-se da sala.
  12. Pela concessão à amamentação, não será concedido qualquer tempo adicional à candidata lactante.
  13. O gabarito será divulgado pela Comissão Organizadora em até 24 horas da realização da prova de conhecimento, sendo afixado no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).
  14. Serão aprovados aqueles que atingirem no mínimo 60% da pontuação total atribuída à prova.
  15. A relação dos candidatos aprovados será publicada no *site* oficial do Município e afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), e constará o dia, local e horário em que cada candidato será submetido à avaliação psicológica, com cópia para o Ministério Público.

#### DA 4ª ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA - AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

* + 1. A avaliação psicológica será realizada por profissional habilitado e visa verificar, mediante o uso de instrumentos psicológicos específicos (testes psicológicos reconhecidos e aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia), o perfil psicológico adequado ao exercício da função de conselheiro tutelar.
       1. Deverão ser avaliadas as condições psicológicas adequadas do conselheiro para trabalhar com conflitos sociofamiliares atinentes ao cargo e exercer, em sua plenitude, as atribuições constantes nos artigos 95 e 136 da Lei Federal nº 8.069/90 e da legislação municipal em vigor.
       2. De acordo com a cartilha “Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar: orientações para criação e funcionamento”, da Secretaria Especial de Direitos Humanos/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, ano 2007, os conselheiros devem apresentar as seguintes habilidades: capacidade de escuta, de comunicação, de buscar e repassar informações, de interlocução, de negociação, de articulação, de administrar o tempo, de realizar reuniões eficazes e criatividade institucional e comunitária.
  1. A avaliação psicológica será realizada entre os dias 03/07/2019 e 05/07/2019, no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS Maria Isabel da Silva e Silva, situado na Praça do Divino Espírito Santo, nº 30, Centro, na cidade de Guarará, devendo ser observado pelos candidatos o horário previamente agendado pela Comissão Organizadora.
  2. Em hipótese alguma haverá avaliação fora do local e horário determinado, inclusive a segunda chamada.
  3. Será excluído do processo de escolha o candidato que, por qualquer motivo, não comparecer à avaliação psicológica no horário e local indicado no item 7.2.
  4. O resultado final da avaliação psicológica do candidato será divulgado, exclusivamente, como “APTO” ou “INAPTO”.
  5. Todas as avaliações psicológicas serão fundamentadas e os candidatos poderão obter cópia de todo o processo envolvendo sua avaliação, independentemente de requerimento específico e ainda que o candidato tenha sido considerado apto.
  6. A relação dos candidatos habilitados para a próxima etapa será publicada no *site* oficial do Município e afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), e constará data, local e horário de reunião a ser promovida pela Comissão Organizadora que autorizará o início da campanha eleitoral, com cópia para o Ministério Público.

#### DA 5ª ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA – ELEIÇÃO DOS CANDIDATOS

* + 1. **Da reunião que autoriza a campanha eleitoral**
       1. Em reunião própria, a Comissão Organizadora deverá dar conhecimento formal das regras do processo eleitoral aos candidatos habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, bem como reforçar as disposições deste edital, no que diz respeito notadamente:

1. aos votantes (quem são, documentos necessários etc.);
2. às regras da campanha (proibições, penalidades etc.);
3. à votação (mesários, presidentes de mesa, fiscais, prazos para recurso etc.);
4. à apresentação e aprovação do modelo de cédula a ser utilizado;
5. à definição de como o candidato deseja ser identificado na cédula (nome, nome social, codinome ou apelido etc.);
6. à definição do número de cada candidato;
7. aos critérios de desempate;
8. aos impedimentos de servir no mesmo Conselho, nos termos do artigo 140 do ECA;
9. à data da posse.
   * + 1. A reunião será realizada independentemente do número de candidatos presentes.
       2. O candidato que não comparecer à reunião acordará tacitamente com as decisões tomadas pela Comissão Organizadora e pelos demais candidatos presentes.
       3. Da reunião deverá ser lavrada ata, na qual constará a assinatura de todos os presentes.
       4. No primeiro dia útil após a reunião, será divulgada a lista definitiva dos candidatos habilitados, constando nome completo de cada um, com indicação do respectivo número e do nome, codinome ou apelido que será utilizado na cédula de votação, sendo publicada no *site* oficial do Município e afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e das Unidades Básicas de Saúde (UBSs).

#### Da Candidatura

8.2.1 A candidatura é individual e sem vinculação a partido político, grupo religioso ou econômico.

8.2.2. É vedada a formação de chapas de candidato ou a utilização de qualquer outro mecanismo que comprometa a candidatura individual do interessado;

#### Dos Votantes

* + 1. Poderão votar todos os cidadãos maiores de dezesseis anos inscritos como eleitores no município de Guarará;
    2. Para o exercício do voto, o cidadão deverá apresentar-se no local de votação munido de documento oficial com foto e Título de Eleitor;
    3. Cada eleitor deverá votar em apenas 01 candidato;
    4. Não será permitido o voto por procuração.

#### Da Campanha Eleitoral

* + 1. A campanha eleitoral terá início na data de 19/08/2019.
    2. Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas, distribuição de panfletos e propaganda gratuita na internet e nas redes sociais.
    3. É livre a distribuição de panfletos, desde que não perturbe a ordem pública ou particular.
    4. A propaganda eleitoral na internet e nas redes sociais deverá ser realizada de forma gratuita e de acordo com as seguintes regras:

1. - em sítio do candidato, com endereço eletrônico comunicado ao CMDCA e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País;
2. - por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato;
3. - por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas cujo conteúdo seja gerado ou editado por:
4. candidatos; ou
5. qualquer pessoa natural, desde que não contrate impulsionamento de

conteúdos.

1. - Os endereços eletrônicos das aplicações de que trata este artigo, salvo aqueles de iniciativa de pessoa natural, deverão ser comunicados ao CMDCA, podendo ser mantidos durante todo o pleito eleitoral os mesmos endereços eletrônicos em uso antes do início da propaganda eleitoral.
2. - Não é admitida a veiculação de conteúdos de cunho eleitoral mediante cadastro de usuário de aplicação de internet com a intenção de falsear identidade.
3. - É vedada a utilização de impulsionamento de conteúdos e ferramentas digitais não disponibilizadas pelo provedor da aplicação de internet, ainda que gratuitas, para alterar o teor ou a repercussão de propaganda eleitoral, tanto próprios, quanto de terceiros.
   * 1. Caberá ao candidato fiscalizar a veiculação da sua campanha em estrita obediência a este edital.

#### Das Proibições

* + 1. É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), carros de som, faixas, outdoors, placas, camisas, bonés e outros meios não previstos neste edital;
    2. É vedado receber o candidato, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

1. entidade ou governo estrangeiro;
2. órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público;
3. concessionário ou permissionário de serviço público;
4. entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;
5. entidade de utilidade pública;
6. entidade de classe ou sindical;
7. pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior;
8. entidades beneficentes e religiosas;
9. entidades esportivas;
10. organizações não-governamentais que recebam recursos públicos;
11. organizações da sociedade civil de interesse público.
    * 1. É vedada a vinculação do nome de ocupantes de cargos eletivos (Vereadores, Prefeitos, Deputados etc.) ao candidato.
      2. É vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes.
      3. É proibido aos candidatos promoverem as suas campanhas antes da publicação da lista definitiva das candidaturas, prevista no item 8.1.5.
      4. É vedado ao conselheiro tutelar promover sua campanha ou de terceiros durante o exercício da sua jornada de trabalho.
      5. É vedado aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover campanha para qualquer candidato.
      6. É vedado o transporte de eleitores no dia da eleição, salvo se promovido pelo poder público e garantido o livre acesso aos eleitores em geral.
      7. Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos.
      8. É vedado ao candidato doar, oferecer, promover ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, tais como camisetas, chaveiros, bonés, canetas ou cestas básicas.

#### Das Penalidades

* + 1. O candidato que não observar os termos deste edital poderá ter a sua candidatura impugnada pela Comissão Organizadora.
    2. As denúncias relativas ao descumprimento das regras da campanha eleitoral deverão ser formalizadas, indicando necessariamente os elementos probatórios, junto à referida Comissão Organizadora e poderão ser apresentadas pelo candidato que se julgue prejudicado ou por qualquer cidadão, no prazo máximo de 2 (dois) dias do fato.
    3. O prazo será computado excluindo o dia da concretização do fato e incluindo o dia do vencimento.
    4. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.
    5. Será penalizado com o cancelamento do registro da candidatura ou a perda do mandato o candidato que fizer uso de estrutura pública para realização de campanha ou propaganda.
    6. A propaganda irreal, insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes será analisada pela Comissão Organizadora que, entendendo-a irregular, determinará a sua imediata suspensão.

#### Da votação

* + 1. A votação ocorrerá no dia **06 de outubro de 2019**, na Escola Municipal Ferreira Marques, situada na Praça do Divino Espírito Santo, Centro, na cidade de Guarará, das 08:00 ás 17:00 horas.

1. Somente poderão votar os cidadãos que apresentarem documento oficial de identificação com foto e Título de Eleitor no qual conste, obrigatoriamente, domicílio eleitoral na cidade de Guarará/MG;
2. Após a identificação, o votante assinará a lista de presença e procederá a votação;
3. O votante que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;
4. Os candidatos poderão fiscalizar ou indicar um fiscal para o acompanhamento do processo de votação e apuração;
5. O nome do fiscal deverá ser indicado à Comissão Organizadora com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas antes do dia da votação;
6. No dia da votação o fiscal deverá estar identificado com crachá.
   * 1. Será utilizado no processo somente o voto com cédula.
     2. Será considerado inválido o voto:
7. cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;
8. cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;
9. cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;
10. em branco;
11. que tiver o sigilo violado.

#### Da mesa de votação

* + 1. As mesas de votação serão compostas por membros do CMDCA e/ou servidores municipais, devidamente cadastrados.
    2. Não poderá compor a mesa de votação o candidato inscrito e seus parentes: marido e mulher, ascendentes e descendentes (avós, pais, filhos, netos...), sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.
    3. Compete a cada mesa de votação:

1. Solucionar, imediatamente, dificuldade ou dúvida que ocorra durante a votação;
2. Lavrar a ata de votação, anotando eventuais ocorrências;
3. Realizar a apuração dos votos, lavrando a ata específica;
4. Remeter a documentação referente ao processo de escolha à Comissão Organizadora;

#### Da apuração e da proclamação dos eleitos

* + 1. Concluída a votação e a contagem dos votos de cada seção, os membros da mesa deverão lavrar a Ata de Votação e Apuração, extraindo o respectivo Boletim de Urna e, em seguida, encaminhá-los, sob a responsabilidade do Presidente da Mesa, ao Presidente da Comissão Organizadora.
    2. A Comissão Organizadora, de posse de todos os Boletins de Urna, fará a contagem final dos votos e, em seguida, afixará, no local onde ocorreu a apuração final, o resultado da contagem final dos votos.
    3. O processo de apuração ocorrerá sob supervisão do CMDCA.
    4. O resultado final da eleição deverá ser publicado oficialmente no *site* oficial do Município de Guarará, e afixado no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), abrindo-se prazo para interposição de recursos, conforme item 10.2 deste edital.
    5. Os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos e serão nomeados e empossados como conselheiros tutelares titulares, ficando todos os seguintes, observada a ordem decrescente de votação, como suplentes.
    6. Na hipótese de empate na votação, será considerado eleito o candidato que, sucessivamente:

I - apresentar melhor desempenho na prova de conhecimento;

II - residir há mais tempo no município;

III - tiver maior idade.

#### DOS IMPEDIMENTOS

* 1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.
  2. Estende-se o impedimento do Conselheiro em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude na Comarca.
  3. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação. O outro eleito será reclassificado como 1º (primeiro) suplente, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento.

#### DOS RECURSOS

* + 1. Será admitido recurso quanto:

1. ao deferimento e indeferimento da inscrição do candidato;
2. à aplicação e às questões da prova de conhecimento;
3. ao resultado da avaliação psicológica;
4. à eleição dos candidatos;

e) ao resultado final.

* + 1. O prazo para interposição de todos os recursos (publicação do indeferimento da inscrição, aplicação da prova, questões da prova, publicação do resultado da prova, aplicação da avaliação psicológica, publicação do resultado da avaliação psicológica, eleição dos candidatos, publicação do resultado final) será disciplinado pelo cronograma organizado pela Comissão Eleitoral responsável pelo pleito (anexo 1).
    2. O prazo será computado excluindo o dia da concretização do evento e incluindo o dia do vencimento.
    3. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.
    4. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no item 10.1 deste edital, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor.
    5. Os recursos deverão ser entregues na sede do CMDCA, situada na Rua Capitão Gervásio, nº 13, centro, na cidade de Guarará.
    6. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito.
    7. Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado.
    8. Os candidatos deverão enviar o recurso em 02 (duas) vias (original e 01 cópia). O recurso deverá ser, obrigatoriamente, digitado.
    9. Quanto ao recurso referente ao item 10.1, b deve-se observar: cada questão deverá ser apresentada em folha separada, identificada conforme modelo a seguir.

**Processo de Escolha do Conselho Tutelar do Município de Guarará – MG**

Candidato: Nº. do Documento de Identidade: Nº. de Inscrição: Nº. da Questão da prova: \_ (apenas para recursos sobre o item 9.1 “c”) Fundamentação:

Data: / /

As Assinatura:

* + 1. Cabe à Comissão Organizadora decidir, com a devida fundamentação, sobre os recursos no prazo estipulado no cronograma do CMDCA (anexo1).
    2. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.
    3. O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação de recurso.
    4. O gabarito divulgado poderá será alterado, em função dos recursos impetrados, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.
    5. Na ocorrência do disposto nos itens 10.10 e 10.11, poderá haver, eventualmente, alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.
    6. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer aos candidatos por meio de divulgação na sede da Prefeitura Municipal e na sede do CMDCA no endereço e ficarão disponibilizados durante todo o período da realização do processo de escolha.

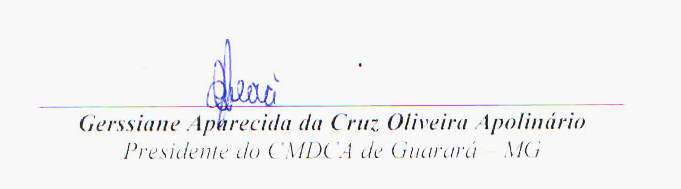
#### DA HOMOLOGAÇÃO, DIPLOMAÇÃO, NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

* + 1. Decididos os eventuais recursos, a Comissão Organizadora deverá divulgar o resultado final do processo de escolha com a respectiva homologação do CMDCA.
    2. Após a homologação do processo de escolha, o CMDCA deverá diplomar os candidatos eleitos e suplentes no prazo estabelecido no cronograma organizado pela Comissão Eleitoral responsável pelo pleito (anexo 1).
    3. O Prefeito Municipal, após a comunicação da diplomação, deverá nomear os 05 (cinco) candidatos mais bem votados, ficando todos os demais, observada, a ordem decrescente de votação, como suplentes.
    4. Caberá ao Prefeito Municipal dar posse aos conselheiros titulares eleitos em 10 de janeiro de 2020, data em que se encerra o mandato dos conselheiros tutelares em exercício.
       1. A convocação dos conselheiros para a posse será realizada por meio de edital, a ser publicado no *site* oficial do Município e Guarará, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.
       2. Os candidatos também serão convocados por ofício, a ser entregue no endereço informado, quando do preenchimento da inscrição.
       3. A remessa do ofício tem caráter meramente supletivo.
       4. O dia, a hora e o local da posse dos conselheiros tutelares serão divulgados junto à comunidade local, afixando o convite em todos os locais onde o edital tiver sido afixado, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.
       5. O candidato eleito que desejar renunciar a sua vaga no Conselho Tutelar deverá manifestar, por escrito, sua decisão ao CMDCA.
    5. O candidato eleito que, por qualquer motivo, manifestar a inviabilidade de tomar posse e entrar em exercício, nesse momento, poderá requerer a sua dispensa junto ao CMDCA, por escrito, sendo automaticamente reclassificado como último suplente.
  1. O candidato eleito que não for localizado pelo CMDCA, automaticamente, será reclassificado como último suplente.
  2. Se na data da posse o candidato estiver impedido de assumir as funções em razão do cumprimento de obrigações ou do gozo de direitos decorrentes da sua relação de trabalho anterior, ou ainda na hipótese de comprovada prescrição médica, a sua entrada em exercício será postergada para o primeiro dia útil subsequente ao término do impedimento.
  3. No momento da posse, o escolhido assinará documento no qual conste declaração de que não exerce outra atividade, além da função de conselheiro tutelar e de ciência de seus direitos e deveres, observadas as vedações constitucionais.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

* + 1. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o **número mínimo de dez pretendentes** devidamente habilitados.
    2. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o CMDCA poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.
    3. Em qualquer caso o CMDCA envidará esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.
    4. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada em ato complementar ao edital a ser publicado no *site* oficial do Município e afixado mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e das Unidades Básicas de Saúde (UBSs).
    5. É da inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação de todos os atos e resultados referentes a este processo de escolha.
    6. A atualização do endereço para correspondência é de inteira responsabilidade do candidato e deverá ser feita, mediante protocolo, na sede do CMDCA, situada na Rua Capitão Gervásio, nº 13, Centro, na cidade de Guarará.
    7. Os documentos apresentados pelo candidato durante todo o processo poderão, a qualquer tempo, ser objeto de conferência e fiscalização da veracidade do seu teor por parte da Comissão Organizadora, e no caso de constatação de irregularidade ou falsidade, a inscrição será cancelada independentemente da fase em que se encontre, comunicando o fato ao Ministério Público para as providências legais.
    8. As ocorrências não previstas neste edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, com a devida fundamentação, pela Comissão Organizadora, nos termos da Lei Municipal nº 970/2014.
    9. Todas as decisões da Comissão Organizadora serão devidamente fundamentadas.
    10. Os membros escolhidos como conselheiros tutelares titulares e os suplentes, submeter-se-ão a estudos sobre a legislação específica, atribuições do cargo e aos treinamentos práticos necessários, promovidos por uma comissão ou instituição pública ou privada, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Secretaria à qual está vinculado, na data de 05/11/2019, das 08:00 às 16:00 horas, em local a ser divulgado pelo CMDCA.
    11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guarará, 12 de abril de 2019.

******

**Presidente do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

***ANEXO I***

***CALENDÁRIO DO PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR – EDITAL Nº 001/2019 - CMDCA***

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| *01* | *Publicação do Edital* | *12/04/2019* |
| *02* | *Período de Inscrições* | *15/04/2019 a 29/04/2019* |
| *03* | *Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas* | *13/05/2019* |
| *04* | *Prazo para interposição de recurso ao deferimento ou indeferimento das inscrições* | *Até 17/05/2019* |
| *05* | *Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista dos candidatos com inscrições deferidas* | *29/05/2019* |
| *06* | *Curso Preparatório sobre atendimento á criança e ao adolescente* | *11/06/2019* |
| *07* | *Data de realização da prova de conhecimentos* | *16/06/2019* |
| *08* | *Divulgação do Gabarito* | *17/06/2019* |
| *09* | *Prazo para interposição de recurso quanto ás questões da prova de conhecimentos* | *Até 24/06/2019* |
| *10* | *Divulgação do resultado dos recursos e relação dos candidatos aprovados na prova de conhecimentos* | *26/06/2019* |
| *11* | *Exame Psicológico* | *03/07/2019 a 05/07/2019* |
| *12* | *Divulgação do resultado da avaliação psicológica* | *08/07/2019* |
| *13* | *Prazo para interposição de recurso relativo ao resultado da avaliação psicológica* | *Até 12/07/2019* |
| *14* | *Divulgação do julgamento dos recursos e dos candidatos habilitados a participarem da eleição e convocação dos mesmos para a reunião preparatória de campanha* | *16/07/2019* |
| *15* | *Reunião preparatória para campanha* | *22/07/2019* |
| *16* | *Início da campanha* | *19/08/2019* |
| *17* | *Dia da votação* | *06/10/2019* |
| *18* | *Divulgação do resultado da eleição* | *06/10/2019* |
| *19* | *Prazo para impugnação do resultado da eleição* | *Até 08/10/2019* |
| *20* | *Publicação do julgamento das impugnações ao resultado da eleição* | *11/10/2019* |
| *21* | *Prazo para recurso quanto ao julgamento dos recursos interpostos contra o resultado da eleição* | *Até 15/10/2019* |
| *22* | *Publicação do julgamento dos recursos* | *18/10/2019* |
| *23* | *Proclamação do resultado final da eleição* | *21/10/2019* |
| *24* | *Curso de Capacitação dos candidatos eleitos* | *05/11/2019* |
| *25* | *Posse e diplomação dos candidatos eleitos* | *10/01/2020* |